

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/20 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda. - CREDFENAS, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 a CREDFENAS completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, a CREDFENAS obteve um resultado de R\$ (996.503,98) representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de (56%).

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 24.703.137,28. Por sua vez a carteira de créditos comercial representava R\$ 951.894,32.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/20 o percentual de 35,70% da carteira, no montante de R\$ 389.677,55

4. Captação

As captações, no total de R\$ 24.222.419,90, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,96%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 3.514.717,82	14,51%
Depósitos a Prazo	R\$ 20.707.702,08	85,49%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/20 o percentual de 91,01% da captação, no montante de R\$ 21.689.232,54

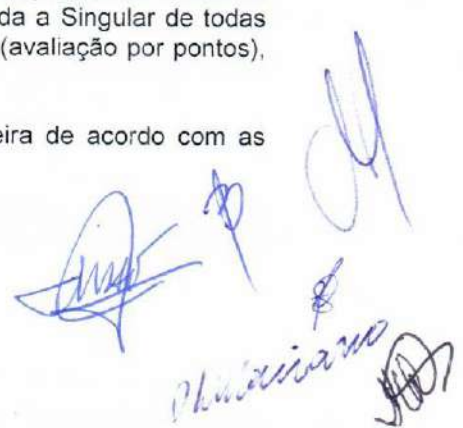
5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência na CREDFENAS era de R\$ 1.779.467,32. O quadro de associados era composto por 1.222 cooperados, havendo um decréscimo de 8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A CREDFENAS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.



7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

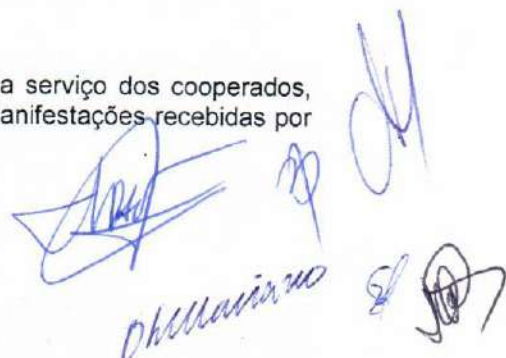
Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2.022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da CREDFENAS aderiram, em 2.009, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page. There are several blue ink signatures, including one that appears to be 'Okellaviano' and another that looks like 'J. S. 7'. There are also some circular stamps or marks.

meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da CREDFENAS não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

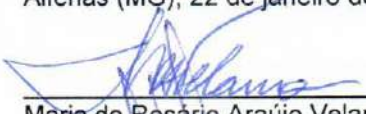
As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

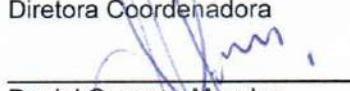
Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

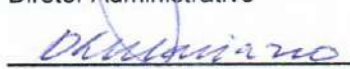
Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

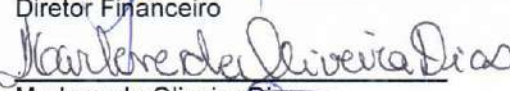
Alfenas (MG), 22 de janeiro de 2021.

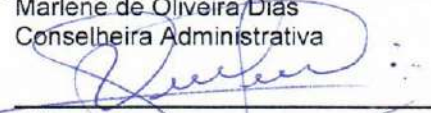

Maria do Rosário Araújo Velano
Diretora Coordenadora


Daniel Campos Mendes
Diretor Administrativo


Oswaldo Luiz Mariano
Conselheiro Administrativo


Paulo Tadeu Barroso de Salles
Diretor Financeiro


Marlene de Oliveira Dias
Conselheira Administrativa


Ulisses Serafim
Conselheiro Administrativo

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda
CREFENAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Disponibilidades		25.667.316,91	29.593.880,81
Relações Interfinanceiras		206.521,12	51.390,89
Centralização Financeira - Cooperativas	4	24.703.137,28	27.995.102,43
Operações de Crédito		24.703.137,28	27.995.102,43
Operações de Crédito	5	683.972,88	1.408.876,75
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		760.931,86	1.484.148,63
Outros Créditos		(76.958,98)	(75.271,88)
Créditos por Avais e Fianças Honrados	6	68.623,28	132.256,65
Rendas a Receber		21.585,85	14.793,14
Diversos		49.061,54	117.753,59
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		9.098,19	3.535,49
Outros Valores e Bens		(12.197,10)	(4.598,40)
Despesas Antecipadas	7	5.062,35	6.254,09
		5.062,35	6.254,09
Não Circulante		1.003.195,15	1.502.360,83
Realizável a Longo Prazo			
Operações de Crédito		267.921,44	793.057,03
Operações de Crédito	5	267.921,44	793.057,03
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		309.058,36	825.762,40
		(41.136,92)	(32.705,37)
Permanente			
Investimentos		735.273,71	709.303,80
Outros Investimentos	8	674.323,15	627.509,17
Imobilizado em Uso		674.323,15	627.509,17
Outras Imobilizações de Uso	9	60.950,56	81.794,63
(Depreciações Acumuladas)		272.916,03	304.662,95
Intangível		(211.965,47)	(222.868,32)
Ativos Intangíveis		-	-
(Amortização Acumulada)		137.446,00	137.446,00
		(137.446,00)	(137.446,00)
TOTAL DO ATIVO		26.670.512,06	31.096.241,64

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda
CREFENAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E 2019

PASSIVO			31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Depósitos			24.891.044,74	28.289.139,65
Depósitos à Vista	10		24.222.419,90	27.831.256,65
Depósitos a Prazo			3.514.717,82	3.987.612,69
Outras Obrigações			20.707.702,08	23.843.643,96
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemeelhados	11		668.617,25	457.883,00
Sociais e Estatutárias			5,41	389,99
Fiscais e Previdenciárias			255.607,05	264.580,63
Diversas			19.169,11	23.045,77
			393.835,68	169.866,61
Não Circulante				
			7,59	-
Diversas				
Provisões para garantias prestadas			7,59	-
			7,59	-
Patrimônio Líquido				
Capital Social			1.779.467,32	2.807.101,99
De Domiciliados no País	13		312.095,60	343.226,29
Reserva de Sobras			312.095,60	343.226,29
Sobras/Perdas Acumuladas			2.463.875,70	2.779.763,07
			(996.503,98)	(315.887,37)
TOTAL			26.670.512,06	31.096.241,64

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda
CREFENAS
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DSP	Notas	2o Sem	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		603.831,71	1.532.590,52	2.629.686,05
Operações de Crédito	15	337.607,07	803.421,14	1.230.443,69
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		266.224,64	729.169,38	1.399.242,36
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16	(279.084,80)	(760.911,43)	(1.280.330,20)
Operações de Captação no Mercado		(233.674,05)	(647.227,67)	(1.214.043,73)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(45.410,75)	(113.683,76)	(66.286,47)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		324.746,91	771.679,09	1.349.355,85
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(1.010.974,33)	(1.768.674,73)	(1.666.933,42)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	17	23.554,46	49.753,17	54.664,66
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	18	10.404,00	22.482,50	38.035,93
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	19	(336.329,61)	(666.319,47)	(693.525,81)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	20	(722.547,00)	(1.253.609,08)	(1.078.535,47)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(4.298,94)	(10.537,89)	(12.489,60)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	19.942,68	96.039,20	75.699,94
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(1.699,92)	(6.483,16)	(50.783,07)
RESULTADO OPERACIONAL		(686.227,42)	(996.995,64)	(317.577,57)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	123,30	491,66	1.690,20
Receitas Não Operacionais		123,30	491,66	1.690,20
Despesas Não Operacionais		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(686.104,12)	(996.503,98)	(315.887,37)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		(686.104,12)	(996.503,98)	(315.887,37)
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		-	-	(0,00)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	-	-
Reserva Legal		-	-	-
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		(686.104,12)	(996.503,98)	(315.887,37)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda
CREDFENAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Eventos	Notas	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais
		Capital Subscrito	Fundo de Reserva	Acumuladas	
Saldo em 31/12/2018		354.744,23	2.603.512,45	176.250,62	3.134.507,30
Constituição de Reservas			176.250,62	(176.250,62)	-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização		4.000,00			-
Por Devolução (-)		(15.517,94)			-
Sobras ou Perdas Líquidas				(315.887,37)	-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
. Fundo de Reserva					-
. F A T E S					-
Saldos em 31/12/2019		343.226,29	2.779.763,07	(315.887,37)	2.807.101,99
Reversão\Constituição de Reservas			(315.887,37)	315.887,37	-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização		1.287,90			1.287,90
Por Devolução (-)		(32.418,59)			(32.418,59)
Sobras ou Perdas Líquidas				(996.503,98)	(996.503,98)
Saldos em 31/12/2020		312.095,60	2.463.875,70	(996.503,98)	1.779.467,32
Saldos em 30/06/2020		335.679,08	2.463.875,70	(310.399,86)	2.489.154,92
Sobras ou Perdas Líquidas				(686.104,12)	(686.104,12)
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização		727,90			727,90
Por Devolução (-)		(24.311,38)			(24.311,38)
. F A T E S					-
Saldos em 31/12/2019		312.095,60	2.463.875,70	(996.503,98)	1.779.467,32

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda
CREDFENAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DESCRIÇÃO	Notas	2o Sem	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes da Tributação e Participações		(686.104,12)	(996.503,98)	(315.887,37)
Provisão para Operações de Crédito		(525,48)	10.118,65	18.666,63
Depreciações e Amortizações		9.688,60	20.844,07	23.230,56
		(676.941,00)	(965.541,26)	(273.990,18)
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		723.761,20	1.239.920,81	(142.330,03)
Outros Créditos		36.102,52	63.633,37	(7.221,98)
Outros Valores e Bens		(1.212,34)	1.191,74	27.071,16
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista		1.676.259,76	(472.894,87)	1.588.144,07
Depósitos sob Aviso		(48.004,10)	(122.673,43)	(47.252,68)
Depósitos a Prazo		(2.950.081,05)	(3.013.268,45)	3.005.167,76
Outras Obrigações		208.416,68	210.741,84	(1.165,90)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(1.031.698,33)	(3.058.890,25)	4.148.422,22
Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado de Uso				(58.247,75)
Aquisição de investimentos			(46.813,98)	(63.776,38)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos			(46.813,98)	(122.024,13)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		727,90	1.287,90	4.000,00
Devolução de Capital à Cooperados		(24.311,38)	(32.418,59)	(15.517,94)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(23.583,48)	(31.130,69)	(11.517,94)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.055.281,81)	(3.136.834,92)	4.014.880,15
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		25.964.940,21	28.046.493,32	24.031.613,17
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		24.909.658,40	24.909.658,40	28.046.493,32
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.055.281,81)	(3.136.834,92)	4.014.880,15
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DAS INSTITUIÇÕES-DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS LTDA
CREDFENAS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	2º Sem 2020	12/2020	2º Sem 2019	12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	(1.372.208,24)	(996.503,98)	(140.856,48)	(315.887,37)
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente	(1.372.208,24)	(996.503,98)	(140.856,48)	(315.887,37)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS EMPREGADOS DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS LTDA. - CREDFENAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.020 E 2.019.**

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS EMPREGADOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS LTDA. - CREDFENAS - CREDFENAS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 11/02/1998, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CREDFENAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

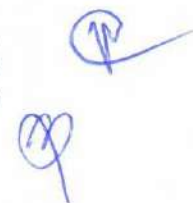
1.1 Situação especial – Processo de Incorporação

Conforme ata do dia 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da cooperativa manifestou interesse de encaminhar propostas de incorporação, objetivando expandir os negócios da cooperativa, manter as atividades da instituição de maneira economicamente viável. Em 5 de janeiro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada pela CREDFENAS, foi deliberado pela incorporação com a cooperativa SICOOB SAROMCREDI, bem como Assembleia Geral Extraordinária conjunta, com previsão para 1 de fevereiro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/01/2021

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo



BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	206.521,12	51.390,89
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	24.703.137,28	27.995.102,43
TOTAL	24.909.658,40	28.046.493,32

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	731.827,23	286.720,17	1.018.547,40	2.224.920,18
Financiamentos	29.104,63	22.338,19	51.442,82	84.990,85
Total de Operações de Crédito	760.931,86	309.058,36	1.069.990,22	2.309.911,03
(-) Provisões para Operações de Crédito	(76.958,98)	(41.136,92)	(118.095,90)	(107.977,25)
TOTAL	683.972,88	267.921,44	951.894,32	2.201.933,78

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	0,00	0,00	0,00		193.569,59	
A	0,5%	Normal	642.195,26	32.166,76	674.362,02	(3.371,81)	1.754.671,30	(8.773,36)
B	1%	Normal	23.754,53	13.875,67	37.630,20	(376,30)	102.980,56	(1.029,81)
B	1%	Vencidas	15.369,48	0,00	15.369,48	(153,69)	14.081,11	(140,81)
C	3%	Normal	144.574,38	0,00	144.574,38	(4.337,23)	54.011,72	(1.620,35)
C	3%	Vencidas	3.798,48	0,00	3.798,48	(113,95)	6.576,38	(197,29)
D	10%	Normal	53.932,05	0,00	53.932,05	(5.393,21)	45.819,82	(4.581,98)
D	10%	Vencidas	237,95	0,00	237,95	(23,80)	18.160,68	(1.816,07)
E	30%	Normal	23.554,75	5.400,39	28.955,14	(8.686,54)	15.376,98	(4.613,09)
E	30%	Vencidas	8.158,28	0,00	8.158,28	(2.447,48)	17.979,92	(5.393,98)
F	50%	Vencidas	4.868,42	0,00	4.868,42	(2.434,21)	9.345,74	(4.672,87)
G	70%	Normal	6.012,55	0,00	6.012,55	(4.208,79)	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	18.474,54	0,00	18.474,54	(12.932,18)	7.331,72	(5.132,20)
H	100%	Normal	34.746,66	0,00	34.746,66	(34.746,66)	25.992,60	(25.992,60)
H	100%	Vencidas	38.870,07	0,00	38.870,07	(38.870,07)	44.012,91	(44.012,91)
Total Normal			928.770,18	51.442,82	980.213,00	(61.120,54)	2.192.422,57	(46.611,19)
Total Vencidos			89.777,22	0,00	89.777,22	(56.975,38)	117.488,46	(61.366,13)
Total Geral			1.018.547,40	51.442,82	1.069.990,22	(118.095,92)	2.309.911,03	(107.977,32)
Provisões			(116.176,19)	(1.919,71)	(118.095,90)		(107.977,25)	
Total Liquido			902.371,21	49.523,11	951.894,32		2.201.933,78	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	263.145,77	404.965,00	260.659,41	928.770,18
Financiamentos	8.343,77	20.760,86	22.338,19	51.442,82

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Pessoa Física	1.018.547,40	51.442,82	0,00	1.069.990,22	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	107.977,25	89.310,62
Constituições	122.840,98	214.217,66
Reversões	(208.145,11)	(238.572,47)
Transferência para prejuízo	95.422,78	43.021,44
TOTAL	118.095,90	107.977,25

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	139.080,63	13,00%	193.569,59	8,00%
10 Maiores Devedores	297.417,69	27,00%	418.160,80	18,00%
50 Maiores Devedores	571.089,95	52,00%	822.390,55	35,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	314.913,65	304.679,56
Valor das operações transferidas no período	95.422,78	43.021,44
Valor das operações recuperadas no período	(23.748,81)	(32.594,05)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(193,30)
TOTAL	386.587,62	314.913,65

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 141.748,67, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	21.585,85	0	14.793,14	0
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	5.357,31	0	10.261,33	0
Rendas Convênios A Receber – INSS (b)	75,73	0	548,69	0
Rendimentos Centralização Financeira - Central (d)	43.519,70	0	106.943,57	0
Outras rendas a receber	108,8			
Diversos				
Adiantamentos e Antecipações salariais	9.026,69			
Impostos e contribuições a compensar (c)	1.074,80	0	772,83	0
Títulos e créditos a receber (e)	41,50	0	62,00	0
Devedores diversos – país (f)	30,00	0	3.473,49	0
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (g)	-12.197,10	0	-4.598,40	0
TOTAL	68.623,28	0	132.256,65	0

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 4.621,80) e rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 735,31)

(c) Refere-se a valores de impostos a compensar (R\$ 1.074,80)

(d) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CENTRAL CECREMGE referente ao mês de Dezembro/2020.

(e) Refere-se a valores de tarifas a receber (R\$ 41,50)

(f) Refere-se a valores a receber no próximo mês (R\$ 30,00)

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Normal	0,00	2.108,87	2.108,87	-632,66	5.156,09	-1546,83
E 30% Vencidas	0,00	10.954,25	10.954,25	-3286,28	8.834,82	-2650,45
F 50% Vencidas	0,00	135,66	135,66	-67,83	802,23	-401,12
G 70% Vencidas	0,00	589,10	589,10	-412,37	0,00	0,00
H 100 % Vencidas	0,00	7.797,97	7.797,97	-7797,97	0,00	0,00
Total Normal	0,00	2.108,87	2.108,87	(632,66)	5.156,09	5.156,09
Total Vencidos	0,00	19.476,98	19.476,98	(11.564,45)	9.637,05	9.637,05
Total Geral	0,00	21.585,85	21.585,85	(12.197,11)	14.793,14	14.793,14
Provisões	0,00	(12.197,11)	(12.197,11)		9.196,78	
Total Líquido	0,00	9.388,74	9.388,74		10.194,75	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas Antecipadas	5.062,35	0,00	6.254,09	0,00
TOTAL	5.062,35	0,00	6.254,09	0,00

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, etc.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	657.654,81	611.983,89
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	16.668,34	15.525,28
TOTAL	674.323,15	627.509,17

(a) Refere-se a cotas de Capital no SICOOB CENTRAL CECREMGE

(b) Refere-se a ações do BANCOOB.

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Móveis e equipamentos de Uso	10%	48.823,77	48.823,77
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(41.219,48)	(39.605,72)
Sistema de Processamento de Dados	20%	200.624,41	231.594,66
Sistema de Segurança	10%	23.467,85	24.244,52
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(170.745,99)	(183.262,60)
TOTAL		60.950,56	81.794,63

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	3.514.717,82		3.987.612,69	
Depósito Sob Aviso	767.541,19	0,16	890.214,62	0,36
Depósito a Prazo	19.940.160,89	0,15	22.953.429,34	0,35
TOTAL	24.222.419,90		27.831.256,65	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	5.423.169,11	23,00%	5.765.484,32	21,00%
10 Maiores Depositantes	19.616.667,36	82,00%	22.527.738,25	84,00%
50 Maiores Depositantes	23.102.924,09	97,00%	26.038.879,54	97,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(7.750,69)	(22.876,51)	(24.897,91)	(53.632,34)
Despesas de Depósitos a Prazo	(206.748,99)	(585.931,80)	(574.479,28)	(1.124.751,85)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(19.174,37)	(38.419,36)	(19.269,23)	(35.659,54)
TOTAL	(233.674,05)	(647.227,67)	(618.646,42)	(1.214.043,73)

11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5,44	0,00	389,99	0,00
Sociais e Estatutárias	255.607,05	0,00	264.580,63	0,00
Fiscais e Previdenciárias	19.169,11	0,00	23.045,77	0,00
Diversas	393.225,15	618,12	169.866,61	0,00
TOTAL	668.617,25	618,12	457.883,00	0,00

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados	161.442,58	0,00	163.794,78	0,00
Resultado de Atos com não Associados	31.627,51	0,00	31.627,51	0,00
Cotas de Capital a Pagar	62.536,96	0,00	69.158,34	0,00
TOTAL	255.607,05	0,00	264.580,63	0,00

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.439,38	0,00	2.484,56	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	14.749,70	0,00	19.856,94	0,00
Outros	980,03	0,00	704,27	0,00
TOTAL	19.169,11	0,00	23.045,77	0,00

11.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	1.816,71	0	811,02	0
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	4.762,47	0	4.756,92	0
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	124.512,43	0	131.125,90	0
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	973,33	7,59	5.667,03	0
Credores Diversos – País (e)	261.770,74	0	27.505,74	0
TOTAL	393.835,68	7,59	169.866,61	0

(a) Referem-se à repasse de Convênios dos funcionários da CREFENAS.

(b) Referem-se à repasse de contas Salários dos associados da CREFENAS.

(c) Referem-se à provisões de salários dos funcionários da Instituição, provisões de despesas com comunicações, compensações, transportes, Auditoria e Assessoria da CREFENAS.



(d) Refere-se à contabilização, a partir de 01/06/2019, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 166.541,53 (R\$ 257.949,31 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(e) Referem-se à Devolução de Docs, valores a regularizar nos últimos dias do ano de 2020 a ser regularizado no mês de janeiro/2021 e também a pagamentos de prestadores de serviços Jurídicos a ser pago no mês de janeiro/2021

12. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	312.095,60	343.226,29
Associados	1.222	1.329

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de junho de 2020, os cooperados deliberaram pela absorção das perdas na Reserva Legal do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 315.887,37.



f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	(996.503,98)	(315.887,37)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	(996.503,98)	(315.887,37)
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal - 10%	-	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	(996.503,98)	(315.887,37)

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Receita de prestação de serviços	0,00	54.664,66
Despesas específicas de atos não cooperativos	0,00	(67.686,83)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	0,00	(33.021,33)
Resultado operacional	(996.503,98)	(46.043,50)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	924.394,01	1.690,20
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.110,57)	(44.353,30)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(72.110,57)	(44.353,30)

15. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.141,19	3.008,70	12.747,23
Rendas de Empréstimos	303.682,05	750.279,32	1.144.753,37
Rendas de Financiamentos	9.851,98	23.106,64	20.425,15
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	22.931,85	27.026,48	52.517,94
TOTAL	337.607,07	803.421,14	1.230.443,69

16. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Despesas De Captação	-233.674,05	-647.227,67	-1.214.043,73
Provisões para Operações de Crédito	-86.739,46	-180.372,37	-143.946,51
Provisões para Outros Créditos	-8.444,23	-24.600,21	-4.598,40
Operações De Credito De Liquidação Duvidosa	37.329,92	76.770,91	82.258,44
Outros Créditos De Liquidação Duvidosa	12.443,02	14.517,91	-
TOTAL	-279.084,80	-760.911,43	-1.280.330,20

17. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	23.554,46	49.753,17	54.664,66



18. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	7.331,00	15.913,50	28.269,43
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	2.938,00	6.096,00	8.274,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	135,00	473,00	1.492,50
TOTAL	10.404,00	22.482,50	38.035,93

19. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Pessoal - Benefícios	(34.564,88)	(73.932,04)	(83.424,95)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(63.748,99)	(141.931,94)	(130.081,37)
Despesas de Pessoal - Proventos	(238.015,74)	(450.455,49)	(480.019,49)
TOTAL	(336.329,61)	(666.319,47)	(693.525,81)

20. Outros dispêndios administrativos

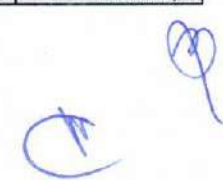
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Comunicações	(34.721,32)	(30.915,18)
Despesas de Contribuições Filantrópicas	(2.846,70)	(3.613,20)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(5.972,96)	(6.156,95)
Despesas de Material	(15.430,40)	(23.761,09)
Despesas de Processamento de Dados	(189.852,10)	(189.894,50)
Despesas de Seguros	(13.604,27)	(14.120,83)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(113.014,14)	(103.346,84)
Despesas de Serviços de Terceiros	(7.688,48)	(9.790,95)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(121.657,41)	(172.566,83)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(697.382,74)	(462.151,46)
Despesas de Transporte	(9.374,84)	(13.628,57)
Despesas de Amortização	0,00	(5.266,67)
Despesas de Depreciação	(20.844,07)	(17.963,89)
Outras Despesas Administrativas	(21.219,65)	(22.633,43)
Rateio de despesas da Central	0,00	(665,72)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	0,00	(2.059,36)
TOTAL	(1.253.609,08)	(1.078.535,47)

21. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	191,90	462,37	3.274,86
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1.256,35	6.424,19	8.645,21
Dividendos	0,00	1.143,80	2.048,02
Deduções e abatimentos	0,00	0,00	0,01
Distribuição de sobras da central	0,00	45.670,92	61.731,84
Rendas oriundas de cartões de crédito	18.494,43	42.337,92	0,00
TOTAL	19.942,68	96.039,20	75.699,94

22. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Provisões Passivas	-567,15	-1.738,08	-10.612,64
Outras Despesas Operacionais	-1.066,42	-2.548,73	-40.085,93
Descontos concedidos - operações de crédito	-9,85	-9,85	0,00
Cancelamento - tarifas pendentes	-56,50	-2.186,50	-84,50
TOTAL	-1.699,92	-6.483,16	-50.783,07



23. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	123,30	491,66	1.272,08	1.690,20
Resultado Líquido	123,30	491,66	1.272,08	1.690,20

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.842,66	0,1204%	2,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	205.290,62	8,6920%	110,35
TOTAL	208.133,28	8,8124%	112,35
Montante das Operações Passivas	41.673.427,32	98,0686%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	199,81	1,00	0,4312%
Empréstimos	139.080,63	4.172,42	14,3056%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.424.941,00	69,2768%	0%
Depósitos a Prazo	18.962.717,77	91,5733%	0,1565%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	3,9900%	0,0000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,0013%	0,0000%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.



PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,3051%
Aplicações Financeiras	98,0686%

A Cooperativa não remunera os seus Diretores e Conselheiros desde a sua Fundação em 1.997.

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DE MINAS LTDA. - CREDFENAS - CREDFENAS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A CREDFENAS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.



26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
	19,48%	27,60%

ALFENAS-MG, 22 DE JANEIRO DE 2.021


PAULO TADEU BARROSO DE SALLES
DIRETOR FINANCEIRO


JOAO BATISTA NEVES.
CONTADOR 64914

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda. – Credfenas

Alfenas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda. – Credfenas**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda. – Credfenas**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Processo de Incorporação

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis que menciona sobre o processo de incorporação da **Credfenas**. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe

incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte - MG, 22 de janeiro de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CPF: 0349167-6 Assinado em:
67922691088
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Luciano Gomes dos Santos

CRC RS 59.628

CNAI 3087



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados
das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior do Sul de Minas Ltda-Credfenas, cumprindo o que determina o artigo 51 inciso 1º do Estatuto, examinou o Balanço Patrimonial referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e concluiu, com base no Parecer dos Auditores Independentes, que as peças examinadas retratam a posição patrimonial e financeira da Credfenas. Verificou-se também o desempenho da gestão da diretoria durante o exercício de 2020, demonstrados pelos relatórios apresentados. Pelas razões acima expostas, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação dos documentos apresentados pela Assembleia Geral.

Parecer transcrito no livro de Ata do Conselho Fiscal.

Alfenas (MG), 28 de janeiro de 2021.



GILSON PERES DIAS



JOSÉ RONALDO MIRANDA



PRISCILLA ROBERTA MARTINS